

Petroleiros da Amazônia

Boletim do Sindipetro PA AM MA AP nº 5 - 14 de Abril de 2023



Divulgação FNP

Novos diretores da Petrobras prometem diálogo, mas a categoria precisa lutar para avançar na pauta

Em reunião presencial, FNP apresentou extensa lista com principais os problemas represados nas áreas de Exploração e Produção, Refino e Gás e na gestão de RH nos últimos anos; petroleiros aguardam a criação dos GTs

Na última quarta-feira (12/04), a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se encontrou com os novos diretores da Petrobras para Exploração e Produção, Joelson Falcão Mendes; e Refino e Gás Natural, William França da Silva; além de Felipe Freitas, designado para o cargo de gerente executivo de Recursos Humanos (RH).

“Reiteramos aqui a independência e a autonomia da FNP em relação ao governo e à gestão da empresa e apresentamos nesse documento pontos essenciais que nortearão nossos debates com a gestão e com o governo e, sobretudo, nossas lutas em defesas dos direitos da categoria petroleira”, diz um trecho do preâmbulo do documento entregue em mãos aos três diretores.

Pautas da categoria petroleira da Amazônia em debate

O Sindipetro PA/AM/MA/AP, representado na mesa, trouxe tópicos regionais para a discussão. Entre elas, a necessidade de investimentos no aumento da produção de óleo e gás em Urucu (AM) após o abandono de investimentos com a política privatista do governo da ultradireita nos últimos anos, além da urgente melhoria das condições das instalações da planta e alojamentos.

Em relação à campanha exploratória na Margem Equatorial, o Sindicato cobrou que haja diálogo permanente com a representação dos trabalhadores sobre o andamento das atividades, o que não tem ocorrido. Além disso, manifestou

divergência quanto à não realização de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS), mesmo não obrigatória, de modo a permitir maior transparência de informações para a sociedade. Também foi defendida a reivindicação de que a futura operação seja realizada por mão de obra própria (transferências e concurso público) e com embarcações produzidas no Brasil.

Com respeito à situação de aposentados(as) e pensionistas e demais beneficiários da AMS e Petros, foi enfatizada a necessidade de retorno dos postos de atendimento presencial.

Balanco político

Para o secretário-geral da FNP, Eduardo Henrique, o saldo político foi a abertura de um canal de diálogo com os diretores de E&P, Refino e Gás Natural e com o novo gerente de RH.

O dirigente sindical também destaca a importância de organizar o calendário dos Grupos de Trabalho propostos pela Federação à Petrobras. “A demanda imediata é que se efetivem os GTs, apresentando a agenda e a pauta que eles pretendem esmiuçar, para que os problemas possam ser atacados e resolvidos assertivamente por lá. São muitas as demandas, mas que eles comecem por algum lugar e apontem o que pretendem resolver.”

Confira na página da FNP (fnppetroleiros.org.br) a cobertura completa das reuniões desta semana.

EDITORIAL

A vergonha do assédio sexual na Petrobras

“Um gerente deu um tapa na minha bunda na frente de várias pessoas, todos homens. Eu fiquei assustada e fui falar com um grupo de mulheres contratadas que conversava perto. (...) Ninguém tinha coragem de denunciar por conta da posição dele”.

“Ele começou a me tratar de uma forma nojenta. (...) Eu ficava meio receosa [de agir desse jeito] porque ele era meu chefe” (...) perguntei como iam deixar aquilo acontecer. Um gerente me respondeu: ‘É o que tem pra hoje.’ “Uma vez, vários operadores estavam na sala de controle com umas fotos de uma mulher, com mesmo tom de pele que o meu e cabelo cacheado. Ela estava nua e de costas e eles discutiam se era eu na foto. Um dos caras me chamou e me perguntou se era eu ou não.”

Estes três relatos repugnantes são parte de uma série de casos de assédio sexual que tem sido denunciado por petroleiras próprias e contratadas no último período, após a repercussão de um caso de demissão de um empregado próprio acusado de assédio sexual, estupro, injúria racial e ameaças no Cenpes (RJ). Apesar das denúncias reiteradas do Sindipetro RJ/FNP, a direção da Petrobras só puniu o agressor após forte repercussão na imprensa.

É preciso que a nova direção da empresa tome medidas urgentes como um plano de ação para combate ao assédio e a violência sexual na Petrobras. As propostas da categoria serão debatidas no 1º Encontro Nacional de Mulheres da FNP, que será realizado entre 5 e 6 de maio, em formato híbrido! Inscrições pelo e-mail secretaria@sindipetroammaap.org.br.

Contra a violência nas escolas é preciso organizar a autodefesa da comunidade escolar

A CSP-Conlutas chama a comunidade escolar a realizar assembleias unificadas para discutir a auto-organização diante do crescimento da violência nas escolas

O crescimento de casos de violência e ameaças nas escolas brasileiras tem criado um clima de medo e insegurança para professores, pais e alunos.

Os recentes ataques na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia (SP), e à creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), foram os mais graves, com vítimas fatais, mas outros casos de violência e ameaças também tem sido registrados nos últimos dias.

O sistema educacional, que vivenciou o avanço de propostas ultrarreacionárias, enfrenta uma verdadeira cruzada contra a chamada ideologia de gênero, avanço da militarização das escolas, o currículo sofreu sérios ataques ao ensino, com o expurgo de disciplinas consideradas “críticas”, beneficiando disciplinas relacionadas ao empreendedorismo e alinhadas aos interesses capitalistas e à ideologia neoliberal.

Outro pilar importante a sustentar essa violência é a falta de investimentos na educação, que também provoca a violência contra educadores, resultando em sérios problemas psicológicos no conjunto dos profissionais e nos alunos, principalmente no período pós-pandemia.

A ausência do debate de forma organizada e democrática tem

gerado caos e pânico nas famílias, professores, funcionários e estudantes. É preciso refletir e debater com a comunidade escolar quais são as saídas concretas para essa situação de violência. Isso precisa ser feito de maneira organizada e coletiva.

A CSP-Conlutas defende que a comunidade escolar organize assembleias unificadas de todos esses segmentos para discutir quais as iniciativas para garantir a segurança no ambiente escolar.

Ao discutir sua autodefesa, a comunidade pode definir de forma coletiva medidas básicas de segurança nas escolas, formas de denunciar eventuais situações suspeitas, entre outras. Além disso, se organizar para cobrar do poder público medidas que revertam as causas que resultaram na atual situação, a punição daqueles que promovem discursos de ódio, coibir a disseminação de mensagens que visam apenas promover fake news e pânico, etc.

Não é possível assistir à perpetuação da violência nas escolas. Esse é o local que deve garantir a segurança e perspectiva de futuro de nossas crianças e jovens.

É a comunidade unida e organizada que poderá enfrentar essa violência.

